



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A TRANSFORMAÇÃO MATERIAL DO PROCESSO JURÍDICO

Autor(es)

Rosa Maria Silva Das Neves
Raynire Carvalho Almeida
Gélia Pereira Gama
Marina Leite Pereira
Andressa Letícia Mendes Viana
Francisco Santos Da Conceição
Raiane De Oliveira Andrade
Flávio Bonora
Flávia Da Silva Pires
Isadora Costa De Oliveira
Gessica Vieira Da Silva



Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A introdução da inteligência virtual no direito marca uma transformação e inovação no campo jurídico. Esta ferramenta poderosa está sendo aplicada em várias áreas do direito para melhorar a eficiência, precisão e acessibilidade do sistema jurídico.

Embora existam inúmeros pontos positivos destacados ao longo do texto, sobre a entrada da Inteligência Virtual no ambiente jurídico. Devem ser analisados de antemão o cumprimento aos princípios fundamentais, onde são garantidos que o sistema jurídico funcione. Se destacam: a Igualdade perante a lei, o Devido processo legal, a presunção de inocência, o Acesso à justiça, a Imparcialidade, a Transparência, a Proporcionalidade e equidade, e o Respeito aos direitos humanos.

Objetivo

O objetivo do presente trabalho é analisar como inteligência artificial no âmbito jurídico tem transformado materialmente o processo em âmbito do poder judiciário.

Material e Métodos

Este trabalho se baseará em pesquisa realizada de forma teórica, utilizando-se do método hipotético dedutivo e revisão literária, através do qual analisar-se-á os posicionamentos distintos sobre o tema apresentado, a saber, o uso da Inteligência Artificial - IA, cujo avanço já se mostra uma realidade palpável na sociedade contemporânea, e como este fator tecnológico tem transformado materialmente o processo judicial.



Resultados e Discussão

A inserção da Inteligência Artificial (IA) no âmbito dos tribunais tem sido um tema de grande interesse e debate nos últimos anos. Além do interesse, se trata de um grande desafio, tendo em vista as diversas informações circuladas ao rápido acesso pela sociedade por meios dos aparelhos eletrônicos.

Existem alguns pontos interessantes a serem levantados para a melhor intenção no esclarecimento da aplicação da IA no ambiente jurídico: O Ato de tornar automático, sem intervenção humana; A Previsão da Análise dos dados; O Atendimento Jurídico virtual; Análise e Revisão de evidências; Gerenciamento dos processos judiciais; A Tomada de decisão; Os algoritmos; A Transparéncia; A Privacidade dos dados; A Responsabilidade das decisões.

Conclusão

Embora os avanços ofertados para melhoraria na eficiência e acessibilidade ao sistema judicial, levantem outros interrogatórios a respeito da ética, do viés algorítmico, da privacidade e transparéncia. O objetivo principal da implementação de forma responsável, não só garantindo os direitos fundamentais, mas, levando em consideração que o sistema jurídico funcione de maneira justa, equitativa e imparcial.

Referências

Ashley KD. Modelos de Predição de Resultados Jurídicos. In: Inteligência Artificial e Legal Analytics: Novas Ferramentas para a Advocacia na Era Digital. Cambridge University Press; 2017:107-126.

EDUCAÇÃO, Saraiva. Desafios e possibilidades com o uso da inteligência artificial no Direito. 2023. Disponível em:<<https://conteudo.saraivaeducacao.com.br/juridico/inteligencia-artificial-no-direito/>> Acesso em: 17 maio. 2024.

SCHOOL, Business. Inteligência Artificial no Direito: O que é e Principais Impactos. 2019. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/inteligencia-artificial-no-direito/#:~:text=mundo%20do%20Direito,%20que%20%C3%A9%20Intelig%C3%A1ncia%20Artificial%20no%20Direito%3F,ou%20outro%20profissional%20do%20Direito.>> Acesso em: 17 maio. 2024.

